

ATA N.º 19/2014:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2014:

No dia um de outubro de dois mil e catorze, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Eduardo Alexandre Godinho Ferro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e António Manuel da Silva Braz.

O **Sr. Presidente** saúda os presentes.

O **Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição de 01 a 30 de outubro, apresentado pela Sr.ª Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues, convocou o Sr. António Manuel da Silva Braz para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).**

O **Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião de Câmara, apresentado pela Sr.ª Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho, convocou a Sr.ª Dr.ª Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 2).**

O **Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião de Câmara, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, convocou o Sr. Dr. Eduardo Alexandre Godinho Ferro para o substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 3).**

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz para a realização da 7.ª Prova da Taça de Portugal em Clássicas e Latinas de Dança Desportiva

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Quinta do Anjo para realização da 258.ª Edição da Festa de Todos os Santos

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações / Assuntos diversos:

• **Reunião de Câmara extraordinária** – O **Sr. Presidente** informa que a próxima reunião ordinária acontecerá no próximo dia quinze. Acrescenta que encontra-se agendada uma reunião extraordinária para dia 29 de outubro em que serão discutidas as questões do Orçamento e do Plano, porquanto através das novas Leis n.º 75 e n.º 73, ambas de 2003, passou a ser necessário aprovar mais cedo no órgão Câmara Municipal o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP). Posteriormente, até final de novembro princípio de dezembro o assunto será levado à Assembleia Municipal.

• **Dia Nacional da Água 2014** – O **Sr. Presidente** refere que hoje assinala-se o Dia Nacional da Água. Trata-se de um recurso cada vez mais precioso que a todos cabe preservar. Para assinalar esse dia, que também coincide com o início do ano hídrico, a Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA) aprovou por unanimidade uma declaração conjunta dos municípios que a integram, a qual foi subscrita naturalmente pelo Município de Palmela através do seu Presidente.

Mais do que aprovar mais uma Moção ou uma Declaração, porque a Maioria em Exercício se revê inteiramente nas questões, e são muitas e complexas, que este bem hoje suscita - desde logo questões de regulamentação, de índole económica porque há um grande apetite voraz de alguns grupos económico-financeiros por causa da privatização do sector -, entendeu partilhar com as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores e a Comunicação Social, a declaração que foi subscrita.

Passa a referir sucintamente o essencial sobre essa Declaração, dado que há duas ou três páginas de história e de considerandos. Os municípios subscritores reafirmam o seu intransigente compromisso com a gestão pública local dos sistemas de abastecimento de água e saneamento em defesa da autonomia e do Poder Local. Desde o Poder Local Democrático que a gestão desses sistemas - a captação, o tratamento e a distribuição - têm estado nas mãos dos municípios que, com melhores ou piores resultados no caso do tratamento das águas, foram sendo empurrados para sistemas multimunicipais quando preferiam sistemas intermunicipais.

Entretanto, no decorrer do dia de ontem foi aprovada a estratégia do Governo para o setor para os próximos anos que, naturalmente, tem alguns perigos subjacentes. Por exemplo, no

caso do tratamento dos efluentes a Autarquia integra o Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL). Acontece que a SIMARSUL vai desaparecer e vai ser integrada num único sistema que integra vários sistemas que vêm desde as Águas do Zêzere até à Península de Setúbal. Por outras palavras, vão ser 96 municípios num único sistema, sendo que isso se refletirá na fatura do Município e no compromisso de pagamento da dívida que tem para com aquela entidade, porque aquele sistema vai subsidiar os sistemas deficitários dos municípios do interior do país.

Depois existem também estratégias que visam levar à verticalização do sistema, ou seja, pretende-se que as autarquias deixem de captar, tratar, distribuir e gerir a água. Assim, esse sistema encarregar-se-á de tudo, desde a captação à faturação.

Considera que existe uma pressão e discriminação negativa porque se a Autarquia pretender concorrer a fundos para remodelações de rede só o pode fazer se integrar o sistema. Essa chantagem, aliada às recentes medidas legislativas, põem em causa a autonomia dos municípios, pois esses deixam de decidir as tarifas a aplicar e as opções que pretendem fazer nessa matéria. Considera que há de facto uma grande ofensiva neste setor, semelhante à que se tem verificado no setor dos resíduos. Por isso, a AIA, em boa hora, entendeu constituir-se como uma associação e está a trabalhar num sistema de abastecimento de água em alta à região de Setúbal, ou seja, um sistema que pode vir a integrar todas as captações geridas conjuntamente, criando sinergias e poupanças para que a água custe ainda menos através da religação de todos os sistemas e acautelando-se o *stress* do aquífero, pois não faz sentido cada município ter mais de trinta furos ou captações, como no caso de Palmela.

O Dia Nacional da Água foi criado para sensibilizar para o papel dos recursos hídricos nos ecossistemas e na biodiversidade e para promover a reflexão sobre a importância da água para o bem-estar humano, para a saúde, para a segurança alimentar, para o ordenamento do território e para a economia.

A AIA alerta ainda para a necessidade de promover uma governação da água em sintonia com a participação democrática e que garanta a soberania nacional, ao contrário do que tem vindo a acontecer com as medidas promovidas pelos últimos governos, as quais vêm claramente identificadas nessa declaração conjunta. A questão da soberania não é de somenos importância, pois há que saber gerir os recursos próprios e publicamente, não através dos acionistas e dos grupos económicos, que têm todo o direito de participar no sistema mas não podem é ser maioritários em áreas que são estratégicas para o país. Como exemplo refere o estado de dependência da Europa em relação ao gás proveniente da Rússia. Considera que, por um lado, deve haver cooperação com outras regiões do país mas, por outro lado, haver autossustentabilidade nessas matérias.

Para além disso o que está em causa é que se esse bem estiver nas mãos dos privados, os municípios veem-se arredados do processo de escolha democrática, pois não podem eleger os

presidentes e os restantes membros dos conselhos de administração das multinacionais, a exemplo do que acontece com a Eletricidade de Portugal, S.A. (EDP). Ora, essa questão é politicamente muito relevante. Na declaração conjunta subscrita pelos municípios é declarado o seguinte: *"Reafirmar o seu compromisso persistente e determinado na defesa do Poder Local e da gestão pública da água, exigindo o respeito pela autonomia deste nível da governação, sem prescindir do exercício das suas competências em defesa dos interesses das populações."*

Considera que nenhuma entidade reguladora tem o direito de vir dizer à Câmara Municipal que deve vender a água mais cara porque a sua rede é muito cara e extensa. O Executivo foi eleito democraticamente e tem o direito de exercer as suas opções políticas. Por opção social, pode até determinar ter prejuízo nesse setor.

Os municípios reafirmam a denuncia de todas as medidas tendentes a promover a privatização, seja por que via for, do setor da água e dos serviços que lhe dão corpo porque as redes foram construídas com dinheiros públicos e com o esforço de gerações. O que está em causa não é poder haver entidades privadas que tenham os seus sistemas e que vendam e, se venderem mais barato, tanto melhor. O que está a ser trabalhado em matéria das concessões é grupos privados passarem a tomar conta de coisas que foram construídas com dinheiros públicos e financiadas pela União Europeia, pelas autarquias e pelos municípios.

Reafirma que apenas o Estado através dos seus diferentes níveis de governação central, regional e local está em condições de garantir aos portugueses as condições materiais que asseguram o direito humano de acesso à água, sem exclusão por razões socioeconómicas. Este facto reveste-se de suma importância porque há pessoas que hoje mesmo estão em dificuldades para ter acesso à água. Por exemplo, aquilo que está previsto na concessão a privados e na regulação que está a ser imposta é que o Município não pode fazer um investimento de 90.000 € (noventa mil euros), como fez há dois anos em Poceirão, para servir apenas nove famílias, porque a lógica passará a ser: quem quiser esse prolongamento, paga.

Finalmente, apela a todos os municípios da região, e aos portugueses em geral, para que exerçam o seu direito de participação na definição das políticas da água, em defesa da gestão pública desse bem e dos serviços públicos de água e saneamento, bem como manifestar a sua solidariedade para com os promotores e demais cidadãos subscritores da iniciativa legislativa de cidadãos visando a proteção dos direitos individuais e comuns à água e apelando à aprovação do Projeto-Lei nº 368/2012, no próximo dia 9 de outubro, na Assembleia da República. Destaca que essa iniciativa é inédita no país por tratar-se de uma iniciativa de mais de quarenta mil cidadãos.

Segundo dados da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), o Concelho de Palmela possui:

- 474,4 km (quatrocentos e setenta e quatro quilómetros e quatrocentos metros) de rede de distribuição de água, com uma taxa de cobertura de 100% nos aglomerados populacionais e de 97% para a generalidade do concelho;
- 38 (trinta e oito) captações de água com origem subterrânea;
- 22 (vinte e duas) instalações de tratamento;
- 27 (vinte e sete) reservatórios;
- 27.680 m³ (vinte e sete mil, seiscentos e oitenta metros cúbicos) de capacidade de armazenamento.

Em 2013 foram capturados 5.770.928 m³ (cinco milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e vinte e oito metros cúbicos) de água, sendo que a classificação do Município em termos de acessibilidade económica ao recurso água encontra-se nos lugares cimeiros do *ranking* realizado em todo o país pela entidade reguladora. Segundo dados de 2012, Palmela encontra-se na posição 17 entre 282 entidades gestoras.

A Autarquia, na qualidade de entidade gestora, possui um histórico de cumprimento com a totalidade das diretrizes da ERSAR e previstas na legislação, executando a 100% o plano de controlo e qualidade da água. Não fica nenhuma análise por efetuar. Em termos de resultados, Palmela encontra-se no pelotão da frente, acima da média nacional, com 99,51%. O plano de controlo operacional que tem análises adicionais foi também implementado pelo Município, indo além daquilo que está previsto na Lei.

Na análise de desempenho registou-se um elevado decréscimo de interrupções do abastecimento de água - apenas 15 falhas em 2013, contra 44 no ano de 2012 -, salientando-se o decréscimo significativo no consumo de energia no bombeamento do abastecimento de água devido à adesão da Autarquia ao Projeto VAGB (Variadores Eletrónicos de Velocidade, Arrancadores Suaves, Gestão de Energia e Baterias de Condensadores) que permite poupar energia na captação da água.

Quanto ao saneamento, a percentagem de rede de drenagem e de tratamento de afluentes é de 81% da população residente, sendo que é assegurado o serviço de despejo de fossas pelas juntas de freguesia e pelos serviços da autarquia.

Seguidamente transcreve-se a Declaração Conjunta dos Municípios da AIA, que foi distribuída por todos os membros do Executivo:

“Coincidindo simbolicamente com o início do ano hidrológico, assinalar-se-á no próximo dia 1 de outubro, o Dia Nacional da Água, criado para promover a reflexão sobre a importância dos recursos hídricos para o bem-estar humano, a saúde, a segurança alimentar, a preservação do bom funcionamento dos ecossistemas e da biodiversidade, o ordenamento do território e a

própria soberania nacional, numa ação coletiva e de participação democrática que determine uma governação da água em sintonia com estes objetivos.

Desde a sua criação que a Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA) e os Municípios que a integram (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal) entendem oportuno realçar a importância da data, comunicando aos seus munícipes e aos portugueses em geral, bem como às instituições, a sua posição sobre esta matéria, tão relevante para o progresso de Portugal e para a governação local, fazendo-o neste ano, num contexto em que a atualidade social e política deste tema se mantém premente.

A governação da água, promovida pelo atual governo e orientada por uma visão neoliberal em que a privatização da natureza e dos serviços públicos são a obsessão da ação governativa, continuou no último ano a aprofundar o afastamento da sua execução ao serviço dos interesses nacionais – da soberania e do desenvolvimento –, e dos interesses dos cidadãos – do bem-estar, da justiça social e da participação democrática na gestão desse bem.

Com agressividade, mas num discurso e ação pautados pelos eufemismos linguísticos e políticas dissimuladas, o governo e a maioria parlamentar têm procurado encobrir e negar as suas reais intenções.

Recente evidência desta intenção foi o afastamento da água do âmbito do diploma que cria o *regime extraordinário para a salvaguarda dos ativos estratégicos para o interesse nacional*, o Decreto-lei n.º 138/2014, de 15 de setembro, facto que bem demonstra que o governo quer ficar com o caminho desimpedido não só para a privatização, mas também para a entrega destes ativos aos interesses financeiros internacionais e às transnacionais da água e da energia.

Prosseguindo a ofensiva contra o Poder Local, as competências que lhe foram consagradas e os serviços públicos por este prestados às populações, nomeadamente em matéria de água e saneamento, o Governo, promoveu a aprovação de um novo estatuto da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março) que atribui ao Regulador competências que colidem e desrespeitam a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República, e prossegue ações que visam impor, ao arrepio da vontade da maioria dos municípios, o que designa de *reestruturação do setor da água*, que mais não é do que a centralização da gestão dos sistemas públicos, a apropriação dos ativos municipais dos sistemas de água e saneamento e o posicionamento no acesso direto aos recursos financeiros gerados pelas tarifas pagas pelos utilizadores, com o fim de criar um negócio de água, que culminará, sem dúvida, na tentativa de impor um processo semelhante ao que, recentemente, conduziu à privatização da gestão dos resíduos (EGF), com resultados altamente atentatórios dos legítimos interesses dos municípios e dos cidadãos.

Por outro lado, a maioria parlamentar que apoia o governo adiou mais de um ano a discussão do Projeto de Lei n.º 368/XII “Proteção dos direitos individuais e comuns à água”, resultado de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos, que num exercício inédito de mobilização social desta natureza, recolheu mais de 40.000 assinaturas de apoio, excedendo largamente o mínimo

exigido por lei, ação política e social que é voz da imensa maioria dos portugueses que pretendem continuar a manter o Estado como garante de uma governação da água ao serviço de Portugal e dos portugueses e a gestão dos serviços públicos de água e saneamento em mãos públicas, no âmbito do controlo democrático, que a escolha popular e a participação cidadã garantem. Sublinha-se, a este propósito que esta Iniciativa da *Campanha "Água é de Todos"*, que a dinamizou, mereceu desde a primeira hora o apoio da AIA e dos Municípios nela associados.

É também momento de assinalar, com preocupação, as dificuldades financeiras, com que se debatem um amplo número de municípios, a nível nacional, para assegurar os compromissos com os sistemas multimunicipais e o arredo de milhares de portugueses, por carência económica, do acesso a serviços públicos essenciais, entre eles a água. Situação esta, gerada por políticas erradas para o Poder Local e o setor da água, conduzidas pelo atual e anteriores governos, asseveradas pelo processo de austeridade e empobrecimento que o País conheceu, com grande dureza nos últimos anos, em resultado da implementação do Memorando da *Troika*.

Por seu turno, os municípios reunidos na AIA continuam a afirmar a sua intenção de manter na esfera pública local a gestão dos serviços de águas, manifestando o seu repúdio face à tentativa de imposição de um modelo centralista que visa a sua privatização numa fase posterior.

Atuando coerentemente com a sua opção por uma gestão pública e local ao serviço das populações e do desenvolvimento da Região e do País, os municípios da Península de Setúbal, prosseguiram, e prosseguirão, uma governação orientada ao incremento contínuo da qualidade do serviço prestado, à garantia de acesso à água – todos os municípios associados da AIA dispõem de tarifários sociais com este objetivo – e à eficiência técnica e económica dos sistemas de abastecimento, isto, apesar do contexto de grandes dificuldades, impostas pelo governo e pela "Troika", em que se assistiu à redução das receitas municipais com origem no Orçamento do Estado e à imposição do famigerado FAM (Fundo de Apoio Municipal), que em conjunto agravarão, ainda mais, a situação financeira dos municípios no futuro, revelando-se parte de uma tentativa de condicionamento do Poder Local na defesa das suas competências e dos interesses dos municípios.

Com os mesmos objetivos, os da qualificação contínua do serviço prestado às populações e a defesa da gestão pública local, estas autarquias continuam a prosseguir, no seio da AIA, o processo de criação de um Sistema Intermunicipal de Água em Alta para a Região, no âmbito do qual foi concluído, em 2013, o processo técnico de elaboração do Estudo de Conceção Geral do Sistema, e se desenvolveu, no presente ano, a abordagem à identificação dos cenários para a sua concretização, encontrando-se em preparação a fase seguinte, o estudo de viabilidade económica e financeira.

Assim, os representantes dos municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, reunidos em Assembleia da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal, entendem oportuno:

- 1 – reafirmar o seu compromisso persistente e determinado na defesa do Poder Local e da gestão pública da água, exigindo o respeito pela autonomia deste nível da governação, sem prescindir do exercício das suas competências em defesa dos interesses das populações;
- 2 – reafirmar a denúncia de todas as medidas tendentes a promover a privatização, seja por que via for, do setor da água e dos serviços que lhes dão corpo, construídos com dinheiros públicos e o esforço de gerações;
- 3 – reafirmar o seu inabalável compromisso com a água como bem comum, direito e responsabilidade de todos, estratégico para a soberania e desenvolvimento nacional, cuja gestão, com estes objetivos, apenas o Estado, através dos seus diferentes níveis de governação (central, regional e local) está em condições de garantir;
- 4 – recordar a incontornável responsabilidade da administração central na execução de políticas sociais que disponibilizem aos portugueses condições materiais que assegurem o direito humano de acesso à água sem exclusão por razões socioeconómicas;
- 5 – apelar a todos os munícipes da Região e aos portugueses em geral, para que exerçam o seu direito de participação na definição das políticas da água em defesa da gestão pública deste bem e dos serviços públicos de água e saneamento, bem como, manifestar a sua solidariedade para com os promotores e demais cidadãos subscritores na Iniciativa Legislativa de Cidadãos “Proteção dos direitos individuais e comuns à água”, apelando à aprovação do Projeto de Lei n.º 368/XII, na Assembleia da República, no próximo dia 9 de outubro.

Só pública a água é de todos!”

Sobre a informação prestada pelo Sr. Presidente a propósito do Dia Nacional da Água 2014, usam da palavra:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a visão do PS sobre a questão, e em relação ao Concelho de Palmela em particular, é que a água é um direito fundamental, e sendo um direito fundamental é um bem público e social cuja gestão não pode ser ditada por critérios de mercado.

As questões sociais inerentes ao não pagamento da conta da água passariam a ser geridas com uma assustadora frieza, e não se pode falar da água como se fala de um serviço de televisão por cabo, por exemplo. O processo de reestruturação do setor da água, que hoje mesmo foi apresentado com algum toque de requinte, como se da defesa da água se tratasse, só pode ter da parte do PS uma clara oposição. Esse processo não é mais do que outros processos, como por exemplo, a reorganização territorial administrativa das freguesias - que não reorganizou nada, apenas diminuiu -, ou como a reorganização do Mapa Judicial, ou com a revisão da

administração tributária com esses serviços de atendimento permanente que acabam por não incutir a mínima confiança às pessoas.

Também é falacioso o argumento de que os municípios vão poupar 4.1 mil milhões de água. O Sr. Ministro teve o cuidado de não falar quanto é que os cidadãos vão pagar, se é mais, se é menos mas, no caso específico de Palmela (segundo a previsão otimista do Governo 75% das autarquias vão pagar menos), infelizmente, vai pagar-se mais.

As tarifas passam, teoricamente, a ser fixadas por um regulador. No entanto, a ação dos reguladores acaba por servir para garantir o aumento das rentabilidades dos negócios do que propriamente incutir critérios de competitividade e de defesa do consumidor.

O PS não defende um modelo onde o Estado não defenda os mais básicos setores da Economia com influência direta na vida das pessoas, pelo que está absolutamente solidário com a tomada de posição do Executivo e quase com inclusão nessa solução alternativa. O PS espera que as intenções do Governo sejam revistas.

O **Sr. Presidente** passa a esclarecer que o Montijo é um dos municípios fundadores da AIA mas não subscreveu o documento porque nos últimos três ou quatro anos não tem pago a comparticipação para o funcionamento da AIA e, por isso, não pôde participar.

Acrescenta que nos últimos dois/três anos, a AIA tem estudado a conceção geral do sistema após o levantamento de todas as infraestruturas existentes, as do Concelho do Montijo inclusive, do estado em que elas se encontram, como podem ser ligadas, e os custos envolvidos nessa operação. Esse estudo foi adjudicado a uma empresa das mais conceituadas em Portugal sobre essa matéria e custou dezenas de milhares de euros. Depois desse estudo concluído, a AIA tem estado a trabalhar em cenários alternativos que contemplem, ou não, os Municípios do Montijo e de Setúbal. Como é do conhecimento geral, o Município de Setúbal, apesar de fazer parte da AIA e ter subscrito o documento, está «preso» às Águas do Sado - Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Setúbal, S.A., até 2021.

O próximo passo será a adjudicação do Estudo de Viabilidade Económico-financeira, ou seja, como é que se transforma a captação em alta num sistema intermunicipal a ser gerido, naturalmente, por uma estrutura técnica autónoma que terá que ter funcionários dos municípios. A ideia não é os municípios terem os mesmos técnicos que tinham para a alta e depois terem uma empresa a fazer a mesma coisa. O que se pretende é que os municípios entreguem a alta a essa associação intermunicipal. Contudo, o avanço do processo estará dependente do novo programa para a água.

Quanto ao tratamento das águas residuais o Concelho de Palmela está preparado para 2040/2050. Como exemplo refere que a Autarquia tem:

- No Poceirão uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de última geração, do mais moderno que existe, e que custou 1.500.000 € (um milhão e quinhentos mil euros) mas é para um Poceirão com a dimensão cinco vezes maior do que o atual;
- Em Aires uma ETAR preparada para um preenchimento do perímetro urbano que é o dobro do atual;
- No Parque Industrial da Volkswagen Autoeuropa uma ETAR preparada para poder servir muito mais empresas do que aquelas que lá se encontram sediadas.

Logicamente que essas infraestruturas têm custos de milhões e o investimento é traduzido na tarifa, ou seja, a tarifa do saneamento é a soma dos investimentos, das despesas de funcionamento e das receitas. Neste momento, esse custo para a Autarquia é de 0,58 € (cinquenta e oito cêntimos de euro) mas os cidadãos pagam apenas 50% desse custo, porque a Autarquia apenas cobra 50% da água consumida. A entidade reguladora quer que sejam faturados 90%. Como já se disse, Palmela vai estar no grupo daqueles que vão ter que aumentar as tarifas porque vai ser obrigada a isso. Contudo, espera que o Executivo tenha a liberdade política para decidir os aumentos de forma progressiva e equilibrada, e que tal não seja imposto.

• **Balanço sobre a Feira Medieval realizada em Palmela – O Sr. Presidente** refere que Palmela viveu, no passado fim-de-semana (27 e 28 de setembro), uma verdadeira viagem no tempo que honrou o passado histórico da vila e do concelho e sublinhou a imponência e centralidade do Castelo de Palmela, que ganhou, desde já, o reconhecimento no circuito das Feiras Medievais Nacionais.

A vila foi tomada pelos visitantes e pela animação com impacto positivo no comércio local do Centro Histórico e na divulgação do concelho a nível nacional. A Feira Medieval, promovida pela Autarquia em parceria com a *Alius Vetus* - Associação Cultural História e Património, foi visitada por cerca de 17 mil pessoas. Tais números são surpreendentes por se tratar da primeira edição da iniciativa e que, ainda assim, saíram prejudicados pelos períodos de tempestade que assolaram a região.

Torneios, música, teatro, dança, arte de falcoaria, gastronomia, entre outros conteúdos, constituíram a oferta da programação permanente de toda a Feira. Destaca a participação brilhante dos agentes culturais e artísticos locais, que se afirmaram como referências principais de cartaz, brindando a todos com música antiga, coral, gaiteiros, percussão, dança aérea e teatro.

Designa como impressionante, a forma como a população de Palmela se envolveu na construção da *Feira* e a tornou sua. Cerca de 250 (duzentos e cinquenta) participantes, entre

voluntários anónimos, grupos locais e artistas, rigorosamente trajados à época, desfilaram pelas ruas do Centro Histórico num desfile medieval, acompanhado por milhares de visitantes.

Mais refere que, ao nível da segurança não houve registo de qualquer incidente no recinto e a Feira foi um lugar seguro para inúmeras famílias que a visitaram e que tiveram a oportunidade de usufruir do excelente ambiente que ali se viveu. Para tal, muito contribuiu o desenho de segurança do recinto e da vila, bem como o trabalho dos Bombeiros Voluntários de Palmela, da Guarda Nacional Republicana (GNR) e do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Destaca ainda o empenho e competência da vasta equipa de trabalhadores municipais que tornou possível esse grande evento e vestiu, literalmente, a camisola do projeto, vivenciando os diferentes espaços, as dezenas de entradas de animação, as bilheteiras, a limpeza do recinto, a segurança, a informação, o atendimento, o apoio técnico e a implantação, trazendo nova vida ao Castelo. Haverá, certamente, muito espaço para melhorar e afinar procedimentos, mas esta experiência trouxe a confirmação de que este é um caminho de sucesso para Palmela, que se pretende aprofundar no próximo ano.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** parabeniza, em nome do PS, a iniciativa tanto mais que tem a perfeita consciência que foi um risco, um «ato de fé», mas sendo um risco e sendo um sucesso confirmado transforma-se rapidamente num desafio ainda maior. Acrescenta que por ocasião do Natal seria muito interessante ter uma iniciativa com a dinamização da que ocorreu porque faria muito jeito para o tecido económico da própria vila.

Contudo, considera que há que motivar, sensibilizar e ensinar os proprietários dos negócios em relação a qual é a diferença de um centro histórico com atividade para um centro histórico como o que tem existido nos últimos anos, porque no domingo andava muita gente sem ter um local para almoçar e os estabelecimentos que estavam abertos tinham imensas filas à porta.

O **Sr. Presidente** realça que é interessante constatar agora a harmonia entre todas as forças políticas e que já não se afirma que se trata de um evento frágil ou medíocre.

Acrescenta que a Maioria em Exercício tem um programa de trabalho e que esse programa de trabalho tem compromissos, mas que todos os contributos serão bem acolhidos. Para além disso, o Município não pode promover eventos de 8 em 8 dias, sob pena de não conseguir responder a outras questões básicas da população. Palmela tem que se especializar naquilo que consegue fazer melhor que ninguém. Não faz sentido ir atrás de feirinhas de natal ou outras iniciativas que os outros têm. Pretende-se desenvolver com a população e com os comerciantes do centro histórico projetos mas com passos seguros.

A Feira Medieval foi uma aposta e houve quem duvidasse dela, mas felizmente como correu bem, pese embora a meteorologia, está toda a gente animada, mas ainda bem porque é esse o objetivo pretendido. Palmela merecia, e vai merecer, um evento de referência e basta ouvir os comentários da generalidade das pessoas, até dos *habitués* destas feiras, que concluíram que a

feira foi bem organizada. Palmela tem condições que outros locais não têm, até comparativamente com aqueles nomes que dizem sempre que são os maiores a fazer estas coisas, como por exemplo, Óbidos. O evento em Palmela ultrapassa Óbidos, com toda a facilidade.

Sublinha que Palmela não quer concorrer. Pretende sim ter um produto, que está no Roteiro das Feiras Medievais, mas que é um produto próprio, inimitável, com temas que só dizem respeito a Palmela. Garante que o objetivo é fazer melhor e agora a Autarquia tem desafios: tem a obrigação da criação de infraestruturas de apoio e de parques, por exemplo, e há que trabalhar com a comunidade para aproveitar todo o potencial que este tipo de eventos proporciona.

• **Comemorações no âmbito do Dia Mundial da Música – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que hoje assinala-se o Dia Mundial da Música, uma data que foi instituída em 1975 pelo Conselho Internacional da Música da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com objetivo de promover essa arte e procurando fazê-la chegar a todas as pessoas de acordo com os ideias de paz e amizade entre todos os povos

No Concelho de Palmela a data é assinalada com a realização de dois espetáculos comemorativos, nomeadamente:

- Em Palmela tem lugar às 21h30, na Sociedade Filarmónica Humanitária (SFH), o Concerto Dia Mundial da Música pelos professores e alunos do Conservatório Regional de Palmela (CRP) e que assinala o início das comemorações dos 150 anos da SFH;
- Em Pinhal Novo a partir das 21h30, no Auditório Municipal, irá decorrer um espetáculo pela Orquestra Nova de Guitarras que pretende sublinhar de forma simbólica o papel de peso que a música tem tido historicamente na vida cultural do concelho.

Destaca que essas são as primeiras de várias iniciativas que vão ocorrer ao longo de todo o mês de outubro e que irão certamente proporcionar momentos musicais de grande qualidade, associadas à celebração dos aniversários das coletividades centenárias.

No dia 5 de outubro, a Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros" (SFP) celebra os 162 anos de atividade e apresenta um espetáculo de música clássica indiana. No dia 8 de outubro, a SFH prossegue as comemorações do seu aniversário com o concerto comemorativo dos 150 anos.

Destaca também a 10.ª Edição do Festival Internacional de Música "Palmela, Terra de Cultura", uma organização da SFP com o apoio do Município e que vai decorrer entre os dias 18 de outubro e 22 de novembro.

• **Seminário “Turismo de Natureza: Qualificação, Inovação, Desenvolvimento”** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que a Autarquia realiza, no dia 9 de outubro, o Seminário “Turismo de Natureza: Qualificação, Inovação, Desenvolvimento”, integrado nas Comemorações do Dia Mundial do Turismo.

Este será, certamente, um importante espaço de partilha de informação e de apresentação de práticas inovadoras e inspiradoras, que permitam o desenvolvimento sustentável e competitivo desse setor de atividade no quadro da dinamização turística do Concelho de Palmela e da região.

O Seminário terá lugar no Cineteatro S. João e conta com a intervenção de um vasto conjunto de entidades com competências nesta matéria, nomeadamente, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), a Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL) e do Turismo de Portugal, I.P., bem como de empresas e de instituições do ensino superior.

O programa integra uma mostra de ideias, projetos e produtos e está organizado em três painéis distintos:

- Turismo de Natureza – Planear e Organizar;
- Turismo de Natureza e Desenvolvimento do Território;
- Turismo de Natureza na Península de Setúbal – Oportunidades e Boas Práticas.

Acrescenta que a biodiversidade, os recursos naturais e as paisagens existentes no território de Palmela, que engloba extensões do Parque Natural da Arrábida (PNArr), da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) e vastas áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) constituem um potencial de excelência que se deve saber explorar cada vez mais, para o desenvolvimento de produtos turísticos associados e complementares à oferta já existente. A participação no Seminário é gratuita e, neste momento, já se contam mais de duas centenas de inscrições. Convida os presentes para que se associem a essa jornada de trabalho que será, certamente, muito enriquecedora.

• **Fins de Semana Gastronómicos “Coelho à Moda de Palmela”** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá conhecimento que a Autarquia em parceria com os restaurantes do concelho, vai levar a efeito, nos dias 3 a 5 e 10 a 12 de outubro, os Fins de Semana Gastronómicos “Coelho à Moda de Palmela”. Esta iniciativa constitui mais uma novidade e decorre no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Qualificação da Gastronomia “Palmela, Experiências com Sabor!”.

O “Coelho à Moda de Palmela” é uma das iguarias mais conhecidas e tradicionais do receituário tradicional palmelense e surge, pela primeira vez, em formato dos Fins de Semana Gastronómicos, para se dar a conhecer ao público em duas versões: uma mais clássica e outra

reinventada pela criatividade dos *chefs* de cozinha do concelho, mas sempre com recurso a produtos locais.

Participam nessa iniciativa catorze restaurantes, num projeto que tem associados objetivos de promoção do produto turístico “Gastronomia e Vinhos” de grande importância no contexto da oferta turística do concelho, da região e do País.

• **Licor Arrabidine galardoado no Great Taste 2014 – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que a empresa Lima Fortuna, Lda., de Quinta do Anjo, recebeu o prémio *Great Taste 2014*, na categoria de duas estrelas douradas, com o Licor Arrabidine – Segredo dos Monges da Arrábida.

Trata-se do maior concurso gastronómico de provas cegas e foi realizado na cidade de Londres, com avaliação a cargo de mais de quatrocentos profissionais do setor. O *Arrabidine* foi o único produto português com reconhecimento de excelência na categoria de Bebidas Espirituosas, posicionando-se entre os 600 melhores produtos do mundo, entre 10 mil entradas.

A microempresa produtora de licores e bebidas espirituosas artesanais, sediada na Aldeia de Quinta do Anjo, sob a direção de Sofia Lima Fortuna e produção de Duarte Fortuna, recuperou o licor monástico centenário, produzido desde o século XVII, inicialmente no Convento de Nossa Senhora da Arrábida, e cuja receita entrou na família em 1950. Depois de 30 anos de interregno, o *Arrabidine* voltou ao mercado e a sua qualidade e características diferenciadoras começam já a ter reflexos internacionais.

Em nome da Autarquia, saúda a empresa Lima Fortuna por esse reconhecimento e faz votos de que este seja o primeiro de muitos prémios para o *Arrabidine*, que contribuirá, com certeza, para levar mais longe o nome do Concelho de Palmela e da região.

• **Transporte público: ligação de Quinta do Anjo (Bairros dos Marinheiros e Alentejano) – Estação da REFER (Penalva) — A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que, desde o dia 22 de setembro, tem estado a funcionar a ligação de Quinta do Anjo à Estação Ferroviária da Penalva e aos Bairros dos Marinheiros e Alentejano, através de um circuito de autocarro dos Transportes Sul do Tejo, S.A. (TST).

Constatou-se que, na primeira semana, a carreira foi utilizada por 303 (trezentos e três) utentes, porém, após o período gratuito, o número de passageiros decresceu. Esses números vêm comprovar a pertinência de existir transporte público coletivo naquele circuito, pelo qual a Autarquia tem «batalhado» convictamente.

Destaca que deve-se alertar os operadores e o Governo para a necessidade dos transportes públicos terem preços, horários e frequências adequados e acessíveis, para que os cidadãos os possam ter como verdadeiras alternativas ao transporte individual.

O novo circuito vai estar à experiência até 31 de dezembro próximo e, com isso, pretende-se estudar conjuntamente com os TST um acerto nos horários, de modo a que a articulação com o transporte ferroviário seja mais favorável para o conjunto dos utentes. A Autarquia vai apostar na divulgação desse circuito, porque quanto mais passageiros houver, mais provável é a continuidade dessa importante ligação para a intermodalidade.

A inauguração do percurso em causa decorreu no âmbito do Programa da Semana Europeia da Mobilidade, na qual participam este ano, aproximadamente mil pessoas.

• **Informação sobre empreitadas em curso – A Sra. Vereadora Adília Candeias** informa que foi adjudicada uma empreitada de conservação de pavimentos e arruamentos no valor de cerca de 83.000 € (oitenta e três mil euros) para proceder a várias beneficiações, nomeadamente, a pavimentação de um arruamento na Zona Industrial de São Gonçalo, da Rua de Goa, em Cabanas e da Rua do Aviário, na Lagoinha.

Em fase de audiência prévia encontra-se a empreitada de Beneficiação de Acessos à Ligação do Caminho Municipal 1029 à circular norte da Autoeuropa, no montante de 110.000 € (cento e dez mil euros). A empreitada vai complementar a que decorreu anteriormente e beneficia as Estradas de Cabeços Ruivos, a Rua 25 de Abril e a Rua Fernando Pessoa, beneficiando a passagem do transporte público por essas zonas.

A essas intervenções juntam-se outras, entretanto já finalizadas, como o caminho junto à linha de caminho de ferro de Fernando Pó, o Caminho Municipal 1029 e a ligação e passagem superior da Estrada 1023 do Poceirão.

Está também em procedimento outras duas empreitadas muito importantes, nomeadamente, a sinalização vertical, que já se encontra adjudicada, desde o dia 10 do mês passado, e que aguarda contrato, e a sinalização horizontal. São cerca de 13.000 € (treze mil euros) de investimento, sendo que os trabalhos iniciaram-se no dia 1 do corrente mês. Informa que o investimento na beneficiação da rede viária ascende já este ano a mais de 1.200.000 € (um milhão e duzentos mil euros).

Outras empreitadas de valorização do património concelhio estão a decorrer como as do Centro Cívico de Águas de Moura e do Espaço Cidadão. Outras já se encontram concluídas como as do Mercado Municipal e o Espaço CAVE, ambas em Pinhal Novo.

• **Receção à comunidade educativa 2014/2015** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que a Receção à Comunidade Educativa pretende assinalar o novo ano letivo, dar as boas vindas aos agentes educativos e homenagear os docentes aposentados no ano letivo anterior.

A Autarquia promove, nos dias 9 a 11 de outubro, a Mostra de Recursos Educativos “Conjugar o Verbo EDUCAR”. A Mostra, integrada no programa da Receção à Comunidade Educativa, vai decorrer em Pinhal Novo nas instalações do Mercado Municipal, no Centro de Recursos para a Juventude e na Biblioteca e Auditório Municipal, e engloba atividades dirigidas a todos os níveis de ensino, bem como às famílias. Conta com um conjunto significativo de escolas e estabelecimentos de ensino e de outras entidades educadoras que, desse modo, contribuem para a construção do projeto educativo local.

A Receção à Comunidade Educativa pressupõe dois momentos de relevo, a saber:

- No dia 9, no Mercado Municipal de Pinhal Novo, o Momento Convívio com a Comunidade Educativa;
- No dia 11, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, o 1.º Fórum Projeto Educativo Local (PEL).

• **Outubro MAIOR – Mês das Pessoas Idosas** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a Autarquia, em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outros agentes sociais locais, realiza em outubro e novembro, nas diferentes freguesias do concelho, as comemorações de “Outubro MAIOR - Mês das Pessoas Idosas”. Anteriormente designado “Mês do Idoso” este novo conceito pretende contribuir para o reforço da valorização do papel das pessoas idosas na comunidade.

A promoção do envelhecimento ativo no Município é o grande objetivo do programa que integra um conjunto diversificado de atividades nas áreas da Saúde, atividade física, entretenimento, animação, informação/formação, entre outras, dirigidas à população sénior e população em geral, procurando, deste modo, ir ao encontro dos seus diferentes interesses e necessidades. De entre as atividades destacam-se:

- III Feira Sénior – espaço privilegiado de exposições, informação e animação;
- Colóquio “Sexualidade nas pessoas idosas”;
- Ciclo de Cinema “Somos Atores da Nossa Vida” – em que os protagonistas são os seniores das IPSS do concelho.

• **Resultados desportivos relevantes de atletas do concelho** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa a informar de resultados desportivos alcançados por atletas do concelho:

Dança Desportiva

No passado dia 20 de setembro realizou-se no Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo, o 1.º Campeonato Regional de Setúbal 2014 de Dança Desportiva, numa organização da União Desportiva da Palhota (UDP)–Dance Project em colaboração com a Federação Portuguesa de Dança Desportiva e com o apoio da Autarquia.

Nessa competição, que contou com a participação de 35 pares em representação de 7 escolas do Distrito de Setúbal, a União Desportiva da Palhota (UDP) esteve representada por 9 pares que alcançaram dez lugares no pódio, sendo: seis primeiros lugares, três segundos lugares e um terceiro lugar.

O par de dançarinos do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz (GDEA), André Viana e Daniela (juniores 1 Open) sagrou-se Campeão Nacional no Campeonato Nacional das 10 Danças, organizado pela Federação Portuguesa de Dança Desportiva, que se realizou no dia 27 de setembro, no Pavilhão do Complexo Municipal Desportivo do Casal Vistoso, em Lisboa.

Nessa mesma competição, os pares Fábio Calvo e Ana Rita Carriço do GDEA e Tiago Oliveira e Rita Ramos (UDP–Dance Project) alcançaram o 2.º lugar, respetivamente, nos escalões de Adultos *Open* e Adultos Intermédios.

XVI Campeonato Mundial FSKA (Funakoshi Shotokan Karate Association)

Dez caratecas da Escola Desportiva de *Karate* do Clube Desportivo Pinhalnovense representaram a Associação de Karate-Do Portugal Shotokan (KPS) no XVI Campeonato Mundial FSKA, organizado pela KPS, que se realizou em Almada, entre os dias 26 e 28 de setembro último, e contou com a participação de aproximadamente 500 caratecas em representação de 14 países.

Os dez caratecas do Concelho de Palmela alcançaram um total de 30 lugares no pódio, em provas individuais e coletivas de *Kata* (técnica) e *Kumite* (combate), destacando-se os primeiros lugares de Maria Paz, Laysa Rajani e Lara Rajani, e os segundos lugares de Rita Lemos e José Júnior.

O Sr. Presidente propõe a admissão para discussão no Período Antes da Ordem do Dia das seguintes Saudações:

- . Saudação (Rafael Ferreira Reis).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação para discussão e votação.

- . Saudação (40 anos do Teatro O Bando).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação para discussão e votação.

O **Sr. Presidente** passa à apresentação das Saudações:

SAUDAÇÃO (Rafael Ferreira Reis)

"A Câmara Municipal de Palmela saúda e felicita o ciclista Rafael Reis, natural do concelho de Palmela, que, em representação da seleção de Portugal, alcançou o 4.º lugar na prova de Contrarrelógio, no escalão de sub23, no Campeonato do Mundo de Estrada, que se realizou entre os dias 21 e 28 de setembro, em Ponferrada, Espanha.

Este tem sido um ano proveitoso e de afirmação de Rafael Reis, de 21 anos, que depois de, em julho deste ano, ter conquistado o título nacional desta especialidade, com mais este excelente resultado confirma as expectativas de ser uma das maiores esperanças do ciclismo nacional. Ao longo da sua carreira desportiva tem alcançado diversos títulos nacionais e internacionais, sendo uma presença regular na Seleção Portuguesa, representando-a em diversas competições internacionais. Para além dos títulos desportivos, Rafael Reis foi agraciado em 2011 com a Medalha Municipal de Mérito Grau Prata, atribuída pela Câmara Municipal de Palmela.

Reunida em Palmela, a 1 de outubro de 2014, a Câmara Municipal delibera aprovar uma saudação a Rafael Reis e expressa o seu desejo para que este continue a sua evolução desportiva, dignificando e promovendo o concelho de Palmela."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

SAUDAÇÃO (40 anos do Teatro O Bando)

"O Teatro O Bando está a comemorar 40 anos de existência. Cooperativa artística e cultural de vanguarda, nos panoramas nacional e internacional, O Bando chegou a Palmela em 1999 e fez de Vale de Barris a sua casa. Desde então, aí tem desenvolvido uma intensa atividade, pautada por residências artísticas, formação, exposições e espetáculos que, com qualidade sobejamente reconhecida e trabalho pioneiro ao nível da exploração do espaço cénico, tem atraído ao nosso território milhares de visitantes.

A relação estreita que tem sabido cimentar com a comunidade – quer a partir dos encontros regulares e tertúlias em que a sede abre as suas portas e partilha processos criativos, quer através de projetos de parceria com outras estruturas culturais e associativas do concelho, com a comunidade educativa e com a própria população – contribuiu, decisivamente, para a sua integração na vida local, constituindo-se como um valioso recurso para o concelho.

No ano em que celebra quatro décadas de vida, o Teatro O Bando reforçou, também, o seu relacionamento com o Município, através da celebração, a 1 de junho, Dia do Concelho, de um novo Protocolo de Cooperação, que veio estabelecer os termos da parceria, conducentes ao

desenvolvimento cultural do território, através do incremento da oferta teatral e da cooperação com os agentes culturais, educativos e turísticos locais.

Espetáculo marcante no panorama nacional, “Quarentena” está a assinalar, ao longo dos últimos meses, o aniversário do Teatro O Bando e, neste mês de outubro, transfere-se para o Centro Histórico de Palmela, numa grande produção que trará muitos espetadores à vila, contribuindo para a divulgação da nossa cultura e património junto de novos públicos. O Município presta apoio logístico a este projeto, que recupera 40 personagens dos vários espetáculos do vasto percurso d’O Bando e dá voz às palavras de 40 escritores de língua portuguesa, envolvendo a participação de 24 atores e 16 músicos.

Depois da ocupação da TSF no dia 24 de abril, do espetáculo “Ir e Vir Abril Abrir”, com a participação de centenas de crianças do concelho de Palmela e de outros concelhos da Península de Setúbal, e de concertos encenados apresentados através da Artemrede, “Quarentena” representa o culminar de todas estas experiências, em que os 40 anos d’O Bando se cruzam com quatro décadas de liberdade e com uma reflexão sobre o momento atual da sociedade portuguesa.

É de referir, ainda, que o projeto “Quarentena” engloba a realização de dois filmes, por Amauri Tangará e João Brites, numa parceria entre o Teatro O Bando e a Cia D’Artes do Brasil: “Diálogos Imprevistos”, documentário que regista os diálogos entre personagens ficcionais e pessoas reais da região de Setúbal, e “Nenhures”, uma longa-metragem de ficção, que congrega as 40 personagens de Quarentena.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida no dia 1 de outubro de 2014, saúda o Teatro O Bando e a sua equipa por este aniversário, pelo projeto “Quarentena” e pela sua carreira recheada de sucessos, e convida os Senhores Munícipes a associarem-se a esta grande festa do teatro, que proporcionará, sem dúvida, momentos de grande riqueza artística e cultural.”

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

Questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia:

• **Urbanização Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador António Braz** passa a enumerar algumas anomalias existentes na Urbanização Portais da Arrábida, nomeadamente:

- Bebedouros que, em virtude das fugas de água, foram encerrados pela Autarquia, alarmando os utilizadores;
- Falta de limpeza exterior na Rua Gil Eanes que parece um enorme matagal;

- Degradação do equipamento do parque infantil, que por ser um espaço sensível deve merecer cuidados redobrados;
- Problema recorrente de lixo que, pese embora tratar-se de falta de civismo, há que encontrar soluções que resolvam o incómodo criado à população;
- Calçadas a precisarem de reposição;
- Arranjos exteriores a merecerem cuidados;
- Sumidouros danificados e não reparados.

Refere que as situações reportadas são competência da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, fruto do Contrato Interadministrativo celebrado com Câmara Municipal.

Pelo exposto, questiona qual é o prazo que a Junta de Freguesia tem para solucionar esses problemas, pois os mesmos arrastam-se já há muito tempo, e o supervisor (ou seja, o Município) não intervém junto da Junta de Freguesia para fazê-la cumprir o contrato celebrado.

Acrescenta que todos esses casos foram relatados pelos munícipes e o Sr. Presidente da junta de Freguesia de Quinta do Anjo vem para a Comunicação Social afirmar que esses problemas são pessoais e políticos. Ora, o que o PS pretende é que os problemas dos cidadãos sejam solucionados.

• **Retirada de um contentor para recolha de monos junto à Escola de Cajados – O Sr. Vereador António Braz** solicita informações sobre a retirada de um contentor para recolha de monos junto à antiga Escola de Cajados. Acontece que, apesar do contentor ter sido retirado, os cidadãos continuam a colocar os monos, acarretando ainda mais dificuldades, quer à Junta de Freguesia, quer à Câmara Municipal.

Refere que a versão que ouviu ontem na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Poceirão e Marateca (UFPM) é que, provavelmente, aquele Executivo não vai assumir a recolha de monos.

Considera que ao retirar-se o contentor, foi «pior a emenda que o soneto», pelo que aconselha a Maioria em Exercício aquando das visitas que faz às freguesias, tal como a que ocorreu recentemente no âmbito do primeiro ano de mandato, que visitem não só as empresas e locais de sucesso mas também os locais mais degradados para que possam ter a perceção exata do que acontece no concelho. É certo que o concelho não tem só coisas más, mas as coisas boas são salientadas, enquanto que as menos boas é obrigação da Oposição denunciá-las porque é para isso que foram eleitos.

• **Ervas nos passeios (em Pinhal Novo) que dificultam a varredura** – A **Sra. Vereadora Maria Justino** reconhece que este ano houve um aumento da pluviosidade e que a mesma chegou mais cedo o que faz com que as ervas nos passeios sejam, neste momento, um problema.

Constatando essa situação, refere que tal facto também impede ou dificulta a varredura e a limpeza dos passeios. Numa incursão que fez pelo Pinhal Novo, constatou que as ervas estão significativamente maiores. Sendo que a área de calçada não aumentou exponencialmente, considera que é preciso criar soluções e informar os munícipes.

• **Informação prestada sobre um concurso** – A **Sra. Vereadora Maria Justino** alude a um concurso público que terá sido mencionado na última Reunião de Câmara. O PS, apesar dos esforços feitos, não encontrou a informação sobre o mesmo, pelo que solicita esclarecimentos sobre se esse concurso público já se encontra concluído.

Face às questões apresentadas no *Período Antes da Ordem do Dia*, foram dadas as seguintes respostas:

_ Visita efetuada pelo Executivo Municipal no âmbito da avaliação do 1.º ano de mandato (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** refere que de facto o PS tem estado alinhado com a Maioria em Exercício numa série de coisas e podem até estar desalinhados nas que foram mencionadas, porque de facto essa forma de fazer política é «borrar a pintura».

Sublinha que o Sr. António Braz confundiu uma visita da Coligação Democrática Unitária (CDU) com uma visita do Executivo, mas garante que são visitados todos esses locais e que conhecem os problemas melhor que ninguém e muito melhor que o PS, porque o conjunto de questões apresentadas referentes aos Portais da Arrábida é como «tocar música só de ouvido», porque ele próprio tem o cuidado de se deslocar para ver *in loco* o que se passa. Para além disso, o Sr. Vereador Luís Calha reside no local e a Sra. Vereadora Adília Candeias passa por lá todos os dias.

Os problemas nos Portais da Arrábida não são mais nem menos dos existentes no restante do concelho. O que não se pode fazer é um aproveitamento, malfeito, de questões dessa natureza.

Os problemas existentes na Quinta do Anjo são questões de afrontas pessoais, pois existem pessoas que querem fazer um linchamento político do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e a Oposição utiliza situações para atacar o Sr. Presidente.

As reclamações apresentadas foram rececionadas pela Autarquia que teve o cuidado de informar os munícipes que a contactaram de tudo o que já tinha sido efetuado. Acontece que

esses munícipes guardaram a informação para si e não a transmitiram aos restantes moradores.

Quanto às ervas

Há ervas para cortar em muitos dos passeios no concelho em virtude da pluviosidade intensa e porque cada vez que se aplica a química as ervas voltam a crescer porque não tem havido tempo favorável para que a química atue.

A Junta de Freguesia de Quinta do Anjo teve dificuldades nos primeiros 4/5 meses do ano, por força da alteração da Lei das Atribuições e Competências e por atrasos na contratualização dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos. Neste momento, até pela leitura que faz dos Relatórios de Execução, a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo está a começar a responder a tempo e com qualidade às questões que são colocadas.

Inclusive, a Autarquia e a Junta de Freguesia encontram-se a negociar alguns canteiros e espaços verdes mais pequenos que vão sair do concurso de *outsourcing* que está a ser preparado para o próximo ano e vão ser entregues à Junta de Freguesia porque a mesma já demonstrou, pela forma como quer trabalhar e pelo prestador de serviços que vai utilizar, que vai conseguir fazer melhor do que a empresa que está a trabalhar para o Município.

Quanto aos sumidouros

Questiona onde é que se encontram e quantos são, pois pessoalmente só tem conhecimento de um que foi prontamente reparado.

Quanto ao equipamento do parque infantil

O equipamento do parque infantil é vistoriado por entidades externas à Autarquia, e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) considera que o parque está em condições. Por exemplo, a ASAE nada referiu sobre o circuito de manutenção, mas a Autarquia antecipando-se a eventuais problemas, procedeu à sua desmontagem e fez aprovar uma alteração ao Orçamento, que foi votada em Reunião de Câmara, para que se proceda à aquisição de um novo circuito de manutenção que será instalado o mais tardar na terceira semana de outubro.

Quanto à reposição de calçada

A Junta de Freguesia de Quinta do Anjo tem estado a proceder à reposição de calçada, mas em virtude de ter muitas frentes, fá-lo conforme a disponibilidade. Contudo, existe também calçada deteriorada por camiões. Por exemplo, refere que esteve em Cabanas no sábado passado numa das zonas que tinha acabado de ser recalçada pelo Executivo da Junta de Freguesia e um pesado danificou uns 5/6 metros de calçada.

Quanto à recolha de lixo

Se acontecer uma avaria em alguma viatura, o lixo é recolhido imediatamente no circuito seguinte. Em certos locais constata-se, porque existe inclusivamente fotografias disso, dois contentores com lixo por fora, mas a 50 metros, ou menos, existem contentores vazios.

Quanto ao contentor para recolha de monos

O contentor foi retirado e a decisão é corretíssima. Aqueles contentores custam uma fortuna ao Erário Público e não estão a ser utilizados pelos munícipes para deporem resíduos de acordo com o regulamento municipal. Acontece que existem pessoas e empresas que limpam terrenos e depositam os resíduos nesses contentores, quando por Lei são obrigados a pagar a uma empresa para que sejam depositados em aterro.

Considera que os restantes munícipes do concelho não têm de pagar essa prevaricação. A Autarquia está atenta e tem a fiscalização no local com periodicidade a acompanhar o assunto e dentro em breve vai colocar uma placa a informar da proibição de deposição de resíduos.

A Junta de Freguesia enquanto tiver o contrato interadministrativo tem de fazer o que está no contrato, se não o fizer o assunto será avaliado e a Autarquia não paga. Se quiser continuar a fazer tem de ser naqueles termos, caso contrário a Autarquia entrega esse trabalho à empresa Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (SUMA), como já faz em outros pontos do concelho.

Em conclusão refere que há que saber colocar as questões e separar algumas coisas. A Autarquia não tem pessoal para acudir a todas as reparações ao mesmo tempo e é bom quando se fala dessas coisas ter-se conhecimento de causa. Para além do Executivo, o Gabinete de Participação e Cidadania (GPC) também se desloca ao local para discutir o assunto e explicar as prioridades.

A Autarquia não tem problemas em assumir que há debilidades em todo lado, mas está a fazer o melhor com os poucos recursos que tem, por isso, não vale a pena empolgar situações para aparecer na Comunicação Social e nas redes sociais porque isso faz passar a ideia que se vive num caos. Muitos dos moradores que vivem em Quinta do Anjo não se revêm nas declarações desse grupo de moradores, mas têm medo de falar.

O **Sr. Vereador António Braz** refere que cada vez que se confronta o Sr. Presidente com questões menos positivas em relação à Autarquia o mesmo fica um pouco «irritado». Na sua opinião essa é uma forma errada de olhar para as questões, pois a Oposição limita-se a denunciar aquilo que menos bem está no Município.

Para além disso, não consegue perceber a afirmação de que o que está em causa é o «abate» político do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Ao PS não interessa quem é que está por trás dessas alegadas intenções mas sim trazer à atenção assuntos que estão menos bem no local. No entanto, perante as explicações que foram apresentadas é evidente

que o PS fica um pouco mais descansado. Quanto a questionar, o PS sempre o fará cada vez que tiver questões dessa natureza.

O **Sr. Presidente** sugere que ambos se desloquem ao local para em conjunto verificarem as situações. Como exemplo, alude à limpeza do loteamento da Cascalheira, em Pinhal Novo. Esse assunto foi apresentado pelo Sr. Vereador António Braz numa Reunião de Câmara anterior e o assunto mereceu atenção, porque pessoalmente se deslocou ao local.

O **Sr. Vereador António Braz** informa que ficou completamente elucidado até porque essa é a imagem que tem da forma como o Sr. Presidente trabalha. Contudo, considera que não é politicamente correto fazer afirmações como foram feitas numa Reunião de Câmara porque considera que é um dever denunciar aquilo que está menos bem no concelho. A Maioria em Exercício e a Oposição trabalha em prol do mesmo objetivo, o de melhorar o Concelho de Palmela. O objetivo do PS é ajudar a Maioria em Exercício pois dessa forma está a ajudar o próprio concelho.

O **Sr. Presidente** acrescenta que a Maioria em Exercício está sempre disponível para ouvir contributos e para ouvir críticas, independentemente da forma. Só que o assunto, nos últimos tempos, já ultrapassou os limites da decência, porque há de facto um aproveitamento dessa situação.

Informa que tem conhecimento concreto do que se passa, da forma como esses assuntos estão a ser tratados no local e como estão a ser tornados públicos. Se o assunto fosse tratado no plano partidário seria muito fácil fazer uma manifestação de apoio com quinhentas vezes mais pessoas do que as que estão a dizer o contrário. Mas não o faz.

O Executivo está disponível para discutir com os representantes da Associação de Moradores essas questões, informando o que se pode resolver e como melhorar. Garante que isso está a ser feito. Não admite é que pessoas depois de terem tido resposta às questões apresentadas, continuem a fazer de má-fé desinformação e campanha em particular contra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo em matérias que pessoalmente está disponível para assumir em vez dele.

Informa que está ao corrente de todas as reclamações apresentadas pela Associação de Moradores dos Portais da Arrábida e detém uma tabela atualizada do GPC com todas as questões que foram apresentadas e o que os serviços fizeram para colmatar as situações reportadas.

Destaca que a sua reação prende-se com esses factos, e que não pretende colocar nenhum entrave a que os assuntos sejam apresentados. Custa-lhe é que se continue a fazer uma tentativa de «assassinato» político do Sr. presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo que tanto tem feito pela Quinta do Anjo e vai continuar a fazer melhor.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** sublinha que o Sr. Vereador António Braz e ele próprio fazem parte do Secretariado do PS e desconhecem qualquer tipo de estratégia política alternativa na Quinta do Anjo. Não vai malabar muito mais acerca de questões que tenham a ver com jogadas políticas, ou interesses políticos, até porque as eleições estão longe e normalmente os «enterros» fazem-se nas eleições, não em campanhas.

Achou desproporcionada a reação do Sr. Presidente uma vez que para o PS esse processo trata-se como outro qualquer. O PS tem eleitores em todas as freguesias do concelho e eles comunicam com os seus eleitos com grande facilidade. O caso em apreço começou por ser abordado numa rede social do PS de Palmela e, por norma, as questões apresentadas merecem um *feedback*. Também lhe parece por demais óbvio, que o PS não tem o mesmo conhecimento de causa que a Maioria em Exercício tem sobre o que está feito ou sobre o que foi decidido ser feito, porquanto não gere a Câmara Municipal e não tem quaisquer responsabilidades sobre esses assuntos.

Pelo exposto, considera que a intervenção foi perfeitamente adequada perante a matéria que foi apresentada ao PS e, tirando alguma parte de alguma exaltação que depois foi contextualizada, a resposta foi satisfatória. Parece-lhe que foi uma questão de mais de forma que de conteúdo.

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que não percebe bem porque tem de haver momentos que lhe parecem menos políticos, pois na sua opinião, tais momentos devem ser aproveitados para esclarecer os munícipes e não para se ficar irritado. Considera que questões dessa natureza devem ser apresentadas e é positivo que o sejam, pois dessa forma esclarece-se os munícipes que nada têm a ver com esse tipo de atitudes ou de constrangimentos referidos pelo Sr. Presidente e que são alheios à Bancada do PS, porquanto são desconhecidos.

Portanto, quando o Sr. Presidente afirma que sabe o que se passa, é importante que o explicita a seguir, porque é importante que os munícipes também o saibam, pois certamente nem todos os que lá residem sabem, pois caso contrário o PS não rececionaria comunicações ou participações sobre o assunto.

— **Ervas nos passeios (em Pinhal Novo) que dificultam a varredura** (Questão colocada pela Sr.^a Vereadora Maria Justino) – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** informa que sobre a questão das ervas, da limpeza dos passeios, dos espaços públicos e até dos espaços privados, a Autarquia tem vários problemas que passa a enumerar:

- Em primeiro lugar, a Autarquia perdeu nos últimos 3/4 anos cerca de 100 trabalhadores nas áreas operacionais e está impedida de admitir mais. Estão a decorrer concursos públicos mas só para 3/4 vagas, quando a necessidade seria de três vezes mais trabalhadores que os que atualmente realizam esse tipo de trabalho.

- Em segundo lugar, o inverno atípico, pois não tem havido condições para manter o que foi campinado.
- Em terceiro lugar, a legislação foi alterada em abril do ano passado e proíbe a compra dos produtos fitofarmacêuticos. Assim sendo, a Autarquia ficou proibida de aplicar os químicos costumeiros, pois esses queimavam as ervas e elas só nasciam muito mais tarde. Para além disso, não foi fácil encontrar o produto alternativo pois o mesmo não estava acessível para aquisição.
- Em quarto lugar, a aplicação desses novos produtos obrigou à formação dos trabalhadores.

Conclui por afirmar que fica muito constrangida e preocupada com esse tipo de matérias uma vez que são de uma área da sua responsabilidade.

O **Sr. Presidente** reafirma que o Executivo está a trabalhar e basta ir ao terreno para constatar isso mesmo. Por exemplo, ainda hoje pelas 7h50 deslocou-se ao Pinhal Novo com o Encarregado da Rede Viária, que esteve de férias até ontem, e apesar de ser uma área que não é a sua pediu-lhe para verificar dois ou três assuntos relacionados com a conservação.

Ao fazer esse périplo constatou que se encontra uma equipa a cortar ervas na zona da Vila Serena e uma outra a aplicar química na zona sul. O trabalho está a ser feito, acontece é que pode não render, mas a responsabilidade nem sempre recai sobre as Juntas de Freguesia.

Na semana passada numa deslocação a São Gonçalo verificou-se que a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo estava a roçar ervas na Rua Visconde Tojal. E ainda nesta semana a Junta de Freguesia de Pinhal Novo esteve a desmatar fenos em torno dos aceiros.

As Autarquias estão a trabalhar mas não se consegue debelar essas situações todas em simultâneo porque o concelho é extenso e o número de trabalhadores disponíveis são cada vez menos.

Quanto ao concurso público mencionado pela Sra. Vereadora Maria Justino provavelmente trata-se daquele relacionado com a conservação das zonas verdes. Esse é um concurso grande, que atingirá possivelmente 190.000 € (cento e noventa mil euros), e destina-se a várias zonas do concelho.

Sobre as reclamações apresentadas à Câmara Municipal, informa que, independentemente do tom, todas elas merecem os esclarecimentos tidos por convenientes. Quanto aos assuntos apresentados na Comunicação Social (artigos de opinião ou Correio do Leitor), as pessoas gostam de dar visibilidade ao problema e têm toda a legitimidade em fazê-lo mas por norma, salvo raras exceções, não têm merecido uma resposta.

A **Sra. Vereadora Maria Justino** esclarece que o concurso a que se referiu estava relacionado com prestação de serviço de manutenção de espaços verdes, mas tem noção que possivelmente, por lapso, deve ter falado em conservação.

Quanto à questão suscitada, esclarece que o que está em causa não é que a Junta de Freguesia de Pinhal Novo não esteja a trabalhar, tanto mais que essa é uma competência não contratualizada e como tal da responsabilidade da Autarquia.

Quanto às dificuldades mencionadas, que são efetivas e que existem, concretamente as do uso dos químicos, em qualquer concurso público a empresa que se candidata é que têm que ter essa preocupação.

O **Sr. Presidente** refere que as questões são diferentes. A questão da química, das brigadas de limpeza e a varredura urbana não está em concurso nenhum. A responsabilidade é delegada nas Juntas de Freguesia nas Freguesias de Poceirão, Marateca e Quinta do Anjo. Nas Freguesias de Palmela e Pinhal Novo a responsabilidade é da Câmara Municipal.

A dificuldade que houve este ano, com interpelações de associações ambientalistas e não só, foi no sentido de não se poder utilizar produtos químicos e houve necessidade de procurar alternativas com produtos biológicos.

Informa que recentemente terminou para os verdes um ajuste direto para o período de setembro a dezembro com o Grupo Vadeca. Para fazer face às dificuldades e à insuficiência de resposta por parte do número de trabalhadores disponíveis, a Autarquia vai lançar o concurso público que ronda os tais 190.000 € (cento e noventa mil euros) a 200.000 € (duzentos mil euros) para o concelho todo, excetuando as zonas que são feitas pela Autarquia e pelas juntas de freguesia e terá início em janeiro e contará com uma série de alterações de espaços em que os grandes espaços serão canalizados para o *outsourcing* e os pequenos espaços para as juntas de freguesia.

A limpeza e varredura continuam a ser feitas por administração direta da Autarquia e das juntas de freguesia e também com a contratação de uma varredora mecânica, que faz parte do *outsourcing* por 4 anos e que foi feito no início do mandato, com a EGEO - Tecnologia e Ambiente, S.A. que trabalha no apoio à varredura em diversas localidades, como por exemplo, os bairros periféricos da Quinta do Anjo, novos loteamentos, às Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGIS) e Aires, porque não há condições para se ter trabalhadores diariamente. Todo esse trabalho está devidamente planificado, com os constrangimentos que foram identificados.

Essa área continua a ser uma área sensível e na próxima proposta de Orçamento e Plano vai ver aumentado substancialmente o investimento, ao ponto de concluir-se que aquilo que a Autarquia recebe por via da tarifa dos resíduos não chegará a 50% daquilo que vai ser gasto com essa recolha.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a questão direcionava-se no sentido da resposta à escala. Nesta altura, por mais esforço que haja por parte das equipas que existem para servir o Pinhal Novo, seria quase não humano pedir àqueles trabalhadores que conseguissem resolver o

problema à escala do Pinhal Novo e, portanto, havendo a resposta do Sr. Presidente em relação ao *outsourcing*, o PS está esclarecido em relação a essa matéria.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e pela Sra. Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 17.09.2014 e 30.09.2014.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 15.09.2014 e 26.09.2014.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 17.09.2014 a 30.09.2014, no valor de 1.986.152,69 € (um milhão, novecentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta e dois euros e sessenta e nove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 6.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 31.09.2014, apresenta um saldo de 7.379.551,76 € (sete milhões, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e um euros e setenta e seis cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 6.312.840,94 € (seis milhões, trezentos e doze mil, oitocentos e quarenta euros e noventa e quatro cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 1.066.710,82 € (um milhão, sessenta e seis mil, setecentos e dez euros e oitenta e dois cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz para a realização da 7.ª Prova da Taça de Portugal em Clássicas e Latinas de Dança Desportiva.

PROPOSTA N.º DEIS 01_19-14:

«O Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz vai organizar, no próximo dia 11 de outubro, no Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo, a 7.ª Prova da Taça de Portugal de Dança Desportiva 2014, em Clássicas e Latinas, prova que integra o calendário da Federação Portuguesa de Dança Desportiva.

Esta prova é um dos expoentes máximos deste desporto no nosso País e é um evento importante para a promoção e desenvolvimento da Dança Desportiva e do Concelho de Palmela, tendo os dançarinos do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz um brilhante palmarés nas variadas competições nacionais e internacionais.

A Câmara Municipal tem um protocolo de cooperação com o Grupo, através do qual garante o pagamento do Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo e comparticipa a organização de uma prova de âmbito nacional.

Neste sentido, em conformidade com a alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo, do n.º 2, do artigo 2º, do protocolo de cooperação estabelecido entre a Câmara Municipal de Palmela e o Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, **propõe-se** a atribuição de € 500,00 (quinhentos euros), ao Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, como comparticipação na realização da prova referida em epígrafe.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz numerada DEIS 01_19-14 intervém:

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que a atribuição de apoio financeiro a este grupo desportivo é uma iniciativa, entre outras, que são de apoiar e incentivar porque é uma aposta na promoção de boas práticas e na divulgação do concelho a nível nacional.

Sublinha que se trata de um grupo com provas dadas ao longo de diversas edições, tendo mesmo um lugar de destaque e de mérito no âmbito da modalidade em que se inscreve, pelo que é importante que o Executivo possa estar presente nessa iniciativa.

Pelo exposto o PS votará favoravelmente a proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Quinta do Anjo para realização da 258.ª Edição da Festa de Todos os Santos.

PROPOSTA N.º DCCT 01_19-14.

«A Câmara Municipal de Palmela é um parceiro das organizações associativas que assumem a realização das Festas Locais, enquanto eventos que refletem a identidade e as raízes das comunidades, valorizam as suas tradições e cultura, e contribuem para a dinamização social e económica.

Num processo dialogante com as organizações, manteve-se a decisão de apoiar financeiramente a realização de uma festa popular por freguesia.

A Festa de Todos os Santos conhece este ano a sua 258.ª edição, realizando-se entre 31 de outubro e 2 de novembro. É uma das mais antigas festividades do Concelho de Palmela, em resultado de um forte e continuado envolvimento da comunidade, que tem mantido viva até aos dias de hoje a memória da promessa de proteção da Aldeia de Quinta do Anjo face ao terramoto de 1755.

Assim, e em conformidade com o disposto na alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de um apoio financeiro, no valor € 2.900,00 (dois mil e novecentos euros) à Associação das Festas de Quinta do Anjo como comparticipação na organização da 258ª edição da Festa de Todos os Santos, de Quinta do Anjo.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Quinta do Anjo numerada DCCT 01_19-14 intervêm:

A **Sra. Vereadora Maria Justino** reafirma, uma vez mais que, este tipo de apoios, são sempre de incentivar, pois trata-se de uma mostra da cultura, dos hábitos, do modo de vida e das raízes do concelho que devem sempre ser preservadas e divulgadas.

O **Sr. Vereador Eduardo Ferro** saúda esse apoio, pois trata-se de uma das mais genuínas e antigas festividades do concelho, quiçá a mais antiga, pelo que a Autarquia deverá continuar a apoiar, assim como tem feito com tantas outras.

O **Sr. Presidente** destaca que, para além do apoio financeiro, existe um conjunto de apoios logísticos que são também disponibilizados e contratualizados, à semelhança do que tem sido feito com outras festas e eventos. Refere que no final será possível comunicar os custos desses outros apoios, uma vez que passaram a ser contabilizados através da contabilidade analítica.

Conclui por destacar que a comunidade da Aldeia da Quinta do Anjo merece a evocação dessa efeméride e desse evento. Lamenta é que não se tenha o feriado do Dia de Todos os Santos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Municípes quer intervir.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco